



## CONTRATO DE FORNECIMENTO

**Contrato Administrativo nº 261/2018**

**Processo Administrativo nº 8686/2018**

**Contratante:** Município de Salto

**Contratada:** Angélica Viviane Simplício Lopez ME

**Objeto:** Fornecimento de água mineral, para abastecimento dos diversos setores, departamento e secretarias da Prefeitura da Estância Turística de Salto, ou em outro local previamente informado.

**Referente:** Pregão Presencial nº 69/2018

**Valor Total:** R\$103.329,54( cento e três mil trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

**Vigência:** 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

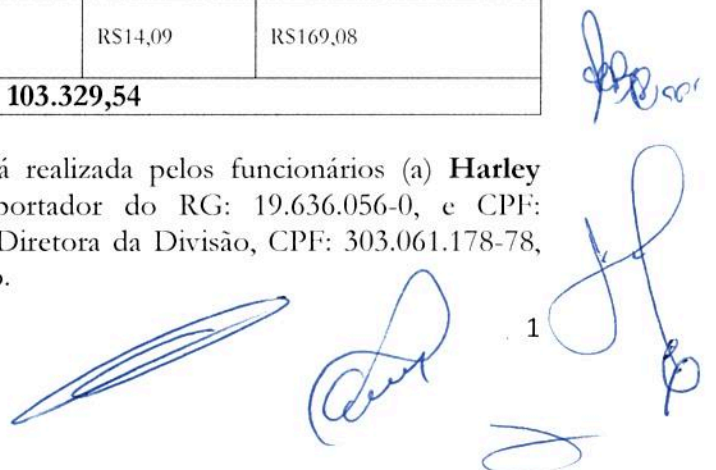
O **Município de Salto**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada a Rua Nove de Julho nº 1.053, Vila Nova, na cidade de Salto/SP, CEP: 13.322-900, inscrita no CNPJ nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelos **Secretário de Administração, Sr. Fernando Amâncio de Camargo**, estado civil casado, nacionalidade brasileiro portador do RG n.º 19.345.788 e CPF n.º 133.190.568, pelo **Secretário de Educação, Sr. José Carlos Grigoletto**, brasileiro, casado, portador do RG 11.069.180-5 n.º e CPF nº 003.010.408-42 e pelo **Secretário de Saúde Sr. Flávio Francisco Vitale Filho**, brasileiro, casado, portador do RG nº 9.099.538-7 e CPF nº 013.183.678-16 ora designada simplesmente como *Contratante* e de outro lado à **Angélica Viviane Simplício Lopez ME**, sediada a Rua Barão do Rio Branco, nº 479, Centro, CEP: 14.045.837/0001-94, Telefone: (19)3491-6583, na cidade de Capivari/SP, inscrita no CNPJ(ME) nº 14.045.831/0001-94 e Inscrição Estadual nº 253.031.603.119, neste ato representada pelo Sra. **Angélica Viviane Simplício Lopez**, brasileira, casada, proprietária, portadora do RG nº 42.608.954-6 e do CPF nº 355.887.678-45, doravante designada simplesmente *Contratada*, têm entre si justo e acordado o presente contrato, conforme as seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**1.1.** Constitui o objeto do presente contrato o fornecimento de água mineral, para abastecimento dos diversos setores, departamento e secretarias da Prefeitura da Estância Turística de Salto, ou em outro local previamente informado, conforme especificações em anexo ao edital, a cargo da Secretaria de Administração.

Item	Descrição	Unidade	Quant. Total Anual	Valor Unitário	Valor Total Item
01	Água Mineral Galão com 20 litros	Galão com/20 Litros	8.615	RS10,22	RS88.045,30
02	Água Mineral Copo de 200 ml	Caixa com /48 Unidades.	886	RS17,06	RS15.115,16
03	Água Mineral c/ Gás Garrafa Plástica com 500ml	Fardo com/12 Unidades	12	RS14,09	RS169,08
<b>Valor Total R\$ 103.329,54</b>					

**Parágrafo Único:** A gestão do Contrato será realizada pelos funcionários (a) **Harley Francisco Sampaio**, Diretor de Divisão, portador do RG: 19.636.056-0, e CPF: 149.792.668-86 e **Cristiane Saudino Fidelis**, Diretora da Divisão, CPF: 303.061.178-78, RG: 42.751.436-8 da Secretaria de administração.



1



## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência da presente contratação será pelo período de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O fechamento dos pedidos será mensal, devendo a empresa encaminhar relatório e os comprovantes da entrega do material contendo; data, local, item e assinatura do responsável pelo recebimento, e o pagamento deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, descontada a dezena, a partir da apresentação da nota fiscal, após atestada pelo gestor do contrato e aprovado pela autoridade competente, respeitando-se a ordem cronológica de pagamentos.

3.2. Em todo o faturamento a empresa contratada deverá apresentar Laudo de análise físico – química e microbiológica emitido por laboratório ou entidade idônea e reconhecida, referente à marca da água fornecida e indicada na proposta ofertada durante o certame, juntamente com as notas fiscais de cada empenho para a Secretaria de Administração. Caso a Contratada deixe de fornecê-lo, o pagamento será suspenso automaticamente

3.3. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

3.4. A Contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Presencial n.º 69/2018, e Contrato Administrativo 261/2018.

3.5. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

3.6. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à contratada, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As verbas para pagamento do objeto do presente contrato estão de acordo com a dotações orçamentárias vigentes de n.ºs:

Secretarias	Dotações	Fichas
Secretaria de Educação	02.06.09.339030.12.365.0002.2.659.01.210000 Recursos Próprios - Tesouro	112
Secretaria de Saúde	02.08.02.339030.10.301.0005.2.633.05.301001 Recursos Federais	170
Secretaria de Saúde	02.08.02.339030.10.301.0005.2.633.01.310000 Recursos Próprios - Tesouro	168
Secretaria de Saúde	02.08.05.339030.10.305.0005.2.631.05.303001 Recursos Federais	224



Secretaria de Saúde	02.08.03.339030.10.302.0005.2.632.05.302003 Recursos Federais	192
Secretaria de Saúde	02.08.02.339030.10.301.0005.2.633.02.300033 Recursos Estaduais	169
Secretaria de Administração	02.04.01.339030.04.122.0001.2.601.01.110000 Recursos Próprios - Tesouro	29

## CLÁUSULA QUINTA - DOS PEDIDOS E DAS ENTREGAS

**5.1.** As solicitações serão realizadas pelos diversos setores, departamentos e secretarias do Município de Salto e a empresa deverá entregar em até 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação no local designado, e as entregas serão feitas parceladamente conforme necessidade do Município.

**5.2.** Os quantitativos totais expressos no Anexo, deste contrato são estimativos e representam a previsão do Município, durante o prazo de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

**5.3.** Não será apreciado pedido de prorrogação no prazo de entrega apresentado após a data limite estabelecida no item **5.1**.

**5.4.** Os itens deverão ser entregues em embalagem original do fabricante, lacrada, devidamente indentificada e em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, umidade ou aderência ao produto, bem como sem nenhuma avaria (amassado, rachaduras, vazamentos, sujeira).

**5.5.** A contratante rejeitará no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital.

**5.6.** A Contratada deverá efetuar a troca imediata do produto entregue, objeto deste contrato, que estiver fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o município.

**5.7.** A Contratada não deverá gerar inconvenientes para o Município de Salto, como a não entrega ou a entrega com atraso dos produtos solicitados, ou quantidade inferior ou insuficiente ao solicitado.

**5.8.** A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Salto, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos.

**5.9.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Salto, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos.

**5.10.** A observância da compatibilidade a que se refere à cláusula anterior poderá ser aferida mesmo após a efetiva aceitação, em se tratando de vícios ocultos ou qualquer outro defeito não passível de pronta verificação.

3



## **CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

**6.1** A contratada que descumprir em quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

**6.2.** De conformidade com o art. 86 da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, à contratada garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas nas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02.

**6.3.** Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a. Advertência;
- b. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, pela inexecução total ou parcial do serviço contratado;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05(cinco) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**6.4.** As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

**6.5.** Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**6.6.** Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**7.1.** A contratada deverá executar os serviços de acordo com as condições estabelecidas no edital, contrato.

**7.2.** A contratada obriga-se a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir às suas expensas e imediatamente, o objeto do contrato, segundo as especificações determinadas, desde que se constatem vícios, defeitos ou incorreções dos produtos.

**7.3.** Constatada qualquer irregularidade na entrega dos produtos, a empresa contratada obrigará-se a trocá-los imediatamente, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Contrato nos termos legais.

4



**7.4.** A contratada se compromete a fornecer os produtos com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.

**7.5.** O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações deste Edital.

**7.6.** A Contratada será civil e criminalmente responsável por quaisquer acidentes ou danos que der causa, na execução do fornecimento contratado. É de responsabilidade exclusiva da Contratada, seguros desta natureza.

**7.7.** A fiscalização da Secretaria de Administração poderá embargar o prosseguimento de qualquer serviço e ainda suspender os pagamentos, se o mesmo, estiver em desacordo com as obrigações assumidas e especificações previstas pela Contratante.

**7.8.** A Contratada deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes ao fornecimento executado por seus empregados.

**7.9.** A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar e a Contratada deverá cumprir a comprovação do contrato de trabalho, a regularidade com o FGTS e com a Previdência Social de seus empregados ligados ao objeto deste contrato. Mesmo sem conferência da Contratante, a responsabilidade é única e exclusiva da Contratada para com seus empregados e os encargos sociais devidos. Caso a Contratante seja condenada a pagar qualquer verba trabalhista, previdenciária ou encargos sociais, este contrato, acompanhado da sentença transitada em julgado, valerá como título executivo extrajudicial. O mesmo se aplica caso haja qualquer ação de natureza cível, promovida por funcionário ou por pessoa prejudicada com a execução deste contrato.

**7.10.** Caso ocorra o descumprimento do pagamento das obrigações previdenciárias e fundiárias, a Contratante se reserva o direito de reter referida verba, fazer o recolhimento devido e descontar na fatura, nos termos do Decreto n.º 3.048 de 06 de maio de 1999 e suas atualizações.

**7.11.** A Contratada obriga-se a manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

**7.12.** A Contratada, neste ato, declara concordar com todos os termos do presente contrato, bem como das obrigações do regulamento administrativo previsto pela Contratante, além das penalidades pertinentes às leis específicas à matéria Lei Federal n.º 8666/93 e suas atualizações, Lei Orgânica do Município de Salto n.º 1382/90 (Emenda Substitutiva n.º 01/2008), que fazem parte integrante do Pregão Presencial n.º 69/2018.

**7.13.** A Contratada obriga-se a reparar, corrigir, refazer ou substituir às suas expensas e imediatamente, o objeto do contrato, segundo as especificações determinadas, desde que se constatem vícios defeitos ou incorreções resultantes da má execução dos equipamentos/peças/materiais/serviços.

**7.14.** A Contratada será responsável por todo e qualquer dano a que der causa por conta do objeto contratado, a ela competindo, exclusivamente, indenizar os prejuízos causados à Contratante ou a outrem.



7.15. São vedadas as sub-contratações do contrato a terceiros no todo ou em parte, exceto com anuência expressa e por escrito do Município de Salto e desde que a parte do objeto, e atendidas pelo sub-contratado todas as exigências de idoneidade sob todos os aspectos previstos no edital da Licitação.

7.16. A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa, prevista nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

7.17. Constituem motivos para rescisão deste contrato, os casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8666/93.

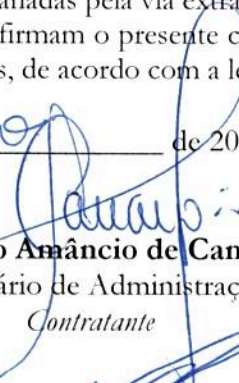
7.18. A Contratada, neste ato, declara concordar com todos os termos do presente contrato, bem como das obrigações do regulamento administrativo previsto pela Contratante, além das penalidades pertinentes às leis específicas à matéria Lei Federal nº 8666/93 e suas atualizações, Lei Orgânica do Município de Salto nº 1382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008), que fazem parte integrante do Pregão Presencial nº 69/2018.

#### CLÁUSULA OITAVA – FORO

8.1. Fica eleita a comarca de Salto para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos de interesses oriundos do presente contrato, se não sanadas pela via extrajudicial.

Assim, por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, de acordo com a legislação vigente.

Salto/SP, 23 de Novembro de 2018.

  
**Fernando Amâncio de Camargo**  
Secretário de Administração  
Contratante

  
**José Carlos Grigoletto**  
Secretário de Educação  
Contratante

  
**Flávio Francisco Vitale Filho**  
Secretário de Saúde  
Contratante

Conf. Port. 429/2018

  
**Angélica Viviane Simplicio Lopez ME**  
Contratada

**Cláudia E. Pastorello Rodrigues**  
Chefe de Gabinete  
Secretária da Saúde - Salto

Testemunhas:

  
1- Manoel Nóbrega

  
2- Cristiane Saudino Fidelis



## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SALTO

**CONTRATADA:** ANGÉLICA VIVIANE SIMPLÍCIO LOPEZ ME

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):** 261/2018

**OBJETO:** FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, PARA ABASTECIMENTO DOS DIVERSOS SETORES, DEPARTAMENTO E SECRETARIAS DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO, OU EM OUTRO LOCAL PREVIAMENTE INFORMADO.

**ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (\*)** \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Estância Turística de Salto/SP, 23 de Novembro de 2018

**PELO ÓRGÃO PÚBLICO/ENTIDADE:**

Nome: José Geraldo Garcia

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 032.586.138-26      RG: 12.424.665-5

Data de Nascimento: 07/01/1962

Endereço residencial completo: Alameda Lipisano, nº 515, Haras Paineiras, Salto/SP, CEP 13324-312

E-mail institucional: gabineteprefeito@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: josegeraldogarciasalto@gmail.com

Telefone (s): (11) 99293-7349

Assinatura: \_\_\_\_\_



**Responsáveis que assinaram o ajuste:**

**PELO CONTRATANTE:**

Nome: Fernando Amâncio de Camargo

Cargo: Secretário de Administração

CPF nº 133.190.568-08 RG nº 19.345.788

Data de Nascimento: 27/09/1969

Endereço residencial completo: Rua São Mathous nº 79 Apto 124 Jardim Nova Era CEP 13327-360

E-mail institucional: secretario.adm@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: facamargo@terra.com.br

Telefone(s): (11)98938-9632

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: Flávio Francisco Vitale Filho

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

CPF: 013.183.678-16 RG: 9.099.538

Data de Nascimento: 22/06/1958

Endereço residencial completo: Rua Berilo, nº 224, Condomínio Millione, Salto/SP, CEP 13322-145

E-mail institucional: flaviovitale.saude@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: flaviovitale.dr@uol.com.br

Telefone (s): (11) 4029-4011

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: José Carlos Grigoletto

Cargo: Secretário Da Educação

CPF: 003.010.408-42 - RG: 11.069.180-5 – SSP/SP.

Data de Nascimento: 31/08/1960.

Endereço residencial completo: RUA SUIÇA, 267 – JD. CELANI I – CEP. 13326-140 NA Cidade de Salto/SP

E-mail institucional: josegrigoletto@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: grigoletto@terra.com.br

Telefone (s): (11) 4602-8699 CEL. (11) 98980-8301

Assinatura: \_\_\_\_\_

Cláudia E. Pastorello Rodrigues  
Chefe de Gabinete  
Secretária da Saúde - Salto

**PELA CONTRATADA:**

Nome: Angélica Viviane Simplício Lopez

Cargo: Proprietária

CPF: 355.887.678-45 RG: 42.608.954-6

Data de Nascimento: 17/05/1986

Endereço residencial completo: Rua Silvano Ilipronti, nº 190 Bairro Pipeiro, na cidade de Capivari/SP

E-mail institucional: licitações.oasis@outlook.com

E-mail pessoal: angelica@oasiscapivari.com.br

Telefone (s): (19)3491-6583

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Advogado:**

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.